

**PROCESSOS DE EXPERIÊNCIA:  
A CEGUEIRA E A BAIXA VISÃO  
A PARTIR DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

*João Ricardo Melo Figueiredo (IBC)*

[joaoricm@hotmail.com](mailto:joaoricm@hotmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho apresenta uma análise sociolinguística (LABOV, 1972) e funcionalista (GIVÓN, 1985) da variação entre o presente histórico e o pretérito perfeito (WEINRICH, 1968; COMRIE, 1976; CÂMARA JR., 1977; SCHIFFRIN, 1981; FLEISCHMAN, 1990; SIVA-CORVALÁN, 2001; CASTILHO, 2010; FIGUEIREDO, 2012), a partir de narrativas coletadas em entrevistas labovianas com informantes cegos e com baixa visão, estudantes do Instituto Benjamin Constant, na cidade do Rio de Janeiro. Através das técnicas de entrevistas desenvolvidas no modelo de Labov, os informantes são levados a narrar suas histórias, o que se acredita ser o momento em que mais se aproxima da linguagem usual. Correlacionando ao fenômeno variável em estudo os processos de representação da experiência humana (HALLIDAY, 1994), pretende-se observar peculiaridades vivenciadas pelos informantes com cegueira ou com baixa visão. Para o autor, estes processos representam as diversas manifestações humanas, o que entende serem de fundamental importância para o estudo do cotidiano de pessoas com cegueira e com baixa visão. Para esta pesquisa, os informantes são distribuídos regularmente entre deficiência visual, gênero/sexo e escolaridade, constituindo uma amostra com 36 entrevistadas. Foram coletados 3798 dados, sentenças de discurso narrativo, extraído das entrevistas, onde ocorrem as variantes em tela: presente histórico *versus* pretérito perfeito. Os resultados apontam singularidades de comportamentos entre os grupos sociais em análise e o uso das variantes.

**Palavras-chave:** Cegueira. Baixa visão. Linguística sistêmico-funcional.

## **1. Introdução**

Este trabalho apresenta os resultados de um estudo ancorado na teoria da variação linguística (LABOV, 1972) acerca da alternância, no discurso narrativo, do uso do presente histórico (PH) – versus pretérito perfeito (PP). As narrativas produzidas para este trabalho são todas de escolares com deficiência visual da cidade do Rio de Janeiro, estudantes do Instituto Benjamin Constant. Focalizou-se a influência dos padrões de experiência (HALLIDAY, 1994) no uso predominante de uma forma variável em detrimento da outra pelos informantes com diferentes comprometimentos visuais. Os resultados apresentados vão clarear o comportamento das variantes e por consequência, dos falantes aqui em análise.

Com este objetivo este texto está assim estruturado: primeiro da-

mos ciência do fenômeno variável e o ambiente em que ocorre a variação. Em seguida, descrevemos a metodologia utilizada. Por fim, apresentamos, descrevemos e interpretamos os resultados.

## 2. A variação presente histórico vs *pretérito perfeito no discurso narrativo*

A linguística moderna já vem demonstrando que o presente pode ser utilizado no lugar do passado para contar uma história, o que habituou-se chamar de presente histórico. Seria, conforme apontam estes autores um recurso de estilo do narrador. “Também se emprega o presente para narrar fatos do passado como um recurso de estilística.” (CÂMARA JR., 1977).

Este uso do presente para contar uma história passada é tido por Fleischman (1990) como um “passado mais vivo”. Seria uma aproximação do narrador aos eventos narrados como se ele os estivesse revivendo no momento da narrativa. Esta noção fica mais evidente quando Silva-Corvalán (2001, p. 205) afirma:

O narrador [no exemplo citado no original] utiliza-se do presente do indicativo para narrar relatos passados, apresentados pelo falante como se os tivesse vivendo no momento em que fala. Isto produz um efeito de proximidade, tornando a narrativa mais vívida e dramática,

O uso do presente histórico, assim, aproxima o falante, narrador, do evento narrado, transformando sua narrativa, fazendo-a mais viva, como se ele a estivesse revivendo no momento em que se narra os acontecimentos já deixados no passado.

Autores mais contemporâneos (CASTILHO, 2010) costumam chamar o presente histórico de um tempo metafórico, mas este conceito não é novo.

O primeiro estudioso, que tivemos notícia, a fazer esta consideração foi Weinrich (1968). Para este autor, a interpretação metafórica ocorre quando um ou mais tempos do mundo narrado ocorrem no mundo comentado ou vice-versa.

Ele acrescenta ainda que os tempos do mundo comentado, quando inseridos no contexto do mundo narrado, dilatam a validade do relato, ou insistem sobre ela, pois levam consigo a sua tensão, pertinente ao mundo comentado. Entendemos que o uso do Presente no lugar do Passado para contar uma história é, na verdade, o que Weinrich, na obra citada, enten-

de pelo uso do tempo do mundo comentado no mundo narrado.

Nos termos da linguística cognitiva (FAUCONNIER, 1997), metáforas são integrações conceptuais, ou seja, integramos domínios distintos, um de origem e o outro alvo em um domínio *blend*, onde formamos a metáfora. Assim, na integração entre presente e passado propomos o seguinte esquema: No domínio 1 estão os atributos do presente (perfectivo e imperfectivo (neutralidade), mundo do comentário, não-marcado, próximo); no domínio 2 estão os atributos do pretérito perfeito (perfectivo, mundo narrado, marcado, distante). No domínio metafórico, onde se realiza o presente histórico, estão os resultados da integração conceptual realizada (neutro, mundo narrado, marcado, próximo).

Desta forma, se estabelece a variação entre o presente histórico versus pretérito perfeito, no discurso narrativo.

Vale ressaltar que conforme Fleischman (1990), embora todo presente histórico possa ser substituído pelo Pretérito, nem sempre o Pretérito (perfeito ou imperfecto) pode ser substituído pelo presente histórico.

A alternância entre presente histórico e pretérito perfeito não é novidade. Figueiredo (2012) lembra que em latim, por exemplo, mais especificamente no *Satyricon*, observamos um grande uso do tempo presente podendo, em diversos casos, haver correlação com o pretérito perfeito. Tais considerações mais aprofundadas, contudo, iriam, neste instante, transgredir o tema deste trabalho, o que deixamos para momentos futuros.

O ambiente que serve de pano de fundo para a ocorrência do fenômeno variável em estudo é o discurso narrativo, a perspectiva de uma história.

Nos dias atuais, este estudo é feito sob diferentes abordagens<sup>94</sup>, das quais destacamos a linguística, que por sua vez, possui uma variedade de perspectivas e versões, como: o estudo da análise do discurso, das marcas características de uma narrativa e das estratégias do narrador.

Diversos autores começaram a estudar as marcas linguísticas que delimitam a história e que a destacam do corpo do discurso e as estratégias apresentadas pelos falantes para estruturar suas histórias (LABOV;

---

<sup>94</sup> Além da linguística, outras áreas que se afirmaram neste estudo são: a inteligência artificial, a literatura, a psicologia cognitiva, a antropologia e a história.

WALETZKY, 1967; LABOV, 1972; SCHIFFRIN, 1994, 2003 e 2006).

A história temporal apresenta sequência cronológica de acontecimentos narrados. Há uma convenção implícita de que o que foi narrado antes precede no “tempo” o que está sendo narrado depois. Podemos distinguir dois tipos de ordenação temporal: o tempo entendido ciclicamente e o tempo compreendido como um processo linear, sendo assim, irreversível e cumulativo.

Os membros de um grupo social adquirem formas culturais de entender histórias, tendo uma profunda noção de que estão diretamente em contato com a “realidade”. Quando um sujeito vai construir ou escutar uma história, tem como base as formas culturais padrão de sua sociedade. Por meio do modo como este indivíduo conta uma história podemos vislumbrar algumas de suas concepções de mundo. Berger & Luckman (1983) apontam para os aspectos sociológicos desta questão, Lakoff & Johnson (1980) para as metáforas culturais e Tannen (1980) para as diversas maneiras de se estruturar o discurso.

A concepção de história de um grupo social vai influir diretamente na forma que cada indivíduo constrói sua própria história ou qualquer outra narrativa. As formas de articulação da memória e de representação do passado vão variar de cultura para cultura.

Nos últimos anos, tem sido realçada a importância da intenção do narrador e a do contexto como instrumento de análise do discurso e, mais precisamente, da narrativa (BROWN; YULE, 1987; POLANYI, 1989; BREWER, 1985; LABOV, 2006; SCHIFFRIN, 2006).

Assim, ao termos uma variação de tempo verbal em narrativas, com um Presente se alternando com um pretérito perfeito, representando um “passado mais vivo”, entendemos que devam existir motivações para a aproximação ou distanciamento do falante, neste caso o falante com deficiência visual, inserido em uma realidade ímpar, não compartilhada por falantes sem este comprometimento biológico.

Desta forma, este trabalho analisa um fenômeno variável que ocorre dentro do discurso narrativo.

### **3. Metodologia**

Este estudo baseou-se em uma pesquisa de acordo com os pressupostos da sociolinguística variacionista (LABOV, 1972). Por esta teoria,

entendemos que a língua não é homogênea, nem estática, apresentando-se em constante variação. Na escolha entre formas alternativas, a preferência por uma delas, se correlaciona sistematicamente tanto a contextos extralinguísticos como: gênero/sexo, idade, escolaridade, entre outros; quanto a contextos linguísticos como: fatores fonético-fonológicos, morfo-sintáticos, semânticos e/ou discursivo-pragmáticos.

Através do arcabouço teórico da variação linguística e da metodologia estatística desenvolvida por seus estudiosos, acreditamos dar conta do fenômeno variável aqui em estudo.

A pesquisa ocorreu com estudantes do Instituto Benjamin Constant, escola federal no Rio de Janeiro, dedicada ao ensino de pessoas cegas e com baixa visão. Foram entrevistados 36 alunos, distribuídos regularmente entre deficiência visual (cego, cego educacional, baixa visão), gênero/sexo e escolaridade, conforme quadro (1) a seguir.

Deficiência Visual	Escolaridade (ano)						Total
	3º		6º		9º		
	M	F	M	F	M	F	
Cego	2	2	2	2	2	2	12
Cego Educacional	2	2	2	2	2	2	12
Baixa Visão	2	2	2	2	2	2	12
Totais	6	6	6	6	6	6	36

**Quadro 1: Distribuição da amostra**

A amostra de 36 informantes pode ser dividida em três subamostras, de acordo com a deficiência visual, cada uma com 12 informantes.

Vale ressaltar que, como aponta Figueiredo (2012), são considerados cegos os alunos que não possuem nenhum resíduo visual, utilizam-se do sistema Braille para escolarização; cegos educacionais os que possuem algum resíduo visual, mas insuficiente para a educação no sistema comum de leitura e escrita; baixa visão, o aluno que possui resíduo visual suficiente para escolarização no sistema comum de leitura e escrita, mas não enxerga como uma pessoa com visão normal. O aluno com baixa visão, muitas vezes, utiliza-se de textos ampliados ou de lentes especiais para ler e escrever.

A partir das entrevistas com cada informantes, gravadas nos moldes das entrevistas sociolinguísticas (LABOV, 1972), cada uma com aproximadamente 60 minutos, transcrevemos o material gravado e selecionamos as narrativas contidas nas entrevistas. Assim como já tinha feito Laforest e Vincent (1996), consideramos como narrativa qualquer trecho de relato que pudesse ser compreendida parte de uma história. Desta

forma, constituímos um *corpus* com 478 narrativas.

Para fins de análise, tomamos como dado a cláusula dentro do discurso narrativo, contabilizando um total de 3798 dados.

Decidimos por utilizar a cláusula como unidade de análise por constituir-se esta como a unidade perfeita para que pudéssemos explorar diversos grupos de fatores.

Para este texto, apresentamos os resultados para o espaço e o tempo, ou seja, quando e onde ocorre a narrativa?

#### **4. Resultados**

Esta variável se baseia na proposta de Halliday (1994), segundo a qual a cláusula tem a função de representar padrões de experiência.

Por meio da linguagem a cláusula modela a experiência através do princípio de que a realidade é construída por processos. As experiências são compostas, segundo o autor, por “acontecimentos, fazeres, sensações, significados e pela capacidade de ser e de tornar-se” (HALLIDAY, 1994, p. 106).

A cláusula também serve como um modo de se refletir e de se impor a ordem em um ambiente, considerado pelo autor, “à primeira vista, sem delimitações” (HALLIDAY, 1994, p. 106), estando por tanto, diretamente ligada à noção de transitividade. “O sistema de transitividade interpreta o mundo das experiências em um conjunto maleável de tipos de processos” (HALLIDAY, 1994, p. 106).

Segundo este autor, as experiências são agrupadas em duas categorias: a) a experiência externa, ligada ao que acontece no mundo exterior. Está associada aos eventos ou ações que as pessoas, ou outros participantes, fazem; b) a experiência interna, que diz respeito ao que acontece no nosso interior, no mundo da consciência e da imaginação. Esta é um tipo de *replay*, segundo Halliday, da experiência externa: ela grava, reage e reflete sobre as experiências do mundo. Existem, portanto, de acordo com Halliday, três grandes tipos de processos: materiais, mentais e relacionais.

Nos processos materiais podemos observar dois tipos distintos de cláusulas: o primeiro, com apenas um participante (agente) e outro com dois participantes (agente e objeto), ou, dentro do quadro teórico de Hal-

liday (1994, p. 108), “um Ator e um Objetivo”. De fato, o que é relevante nesta distinção, é que no primeiro caso, o processo não se estende a outro participante, enquanto no segundo é isto o que ocorre.

Os processos mentais, por sua vez, segundo Halliday (1994), englobam cláusulas que veiculam sentimentos, percepções e pensamentos. Segundo o autor, a análise funcional a partir de agente e objeto, ou ator e objetivo, como é feita com os materiais, é imprópria ou pelo menos é aplicável a um número pequeno de casos devido às características semânticas deste processo. Sendo assim, o próprio autor, neste momento, abandona esta classificação funcional e propõe cinco critérios básicos para a identificação dos processos mentais em relação aos materiais, como se pode conferir em Halliday (1994, p. 112-119)

Os processos relacionais englobam os processos de ser, estar e ter (não existenciais). Segundo Halliday nos processos relacionais ocorre uma relação entre duas entidades, *x* e *a*. Tal relação pode ser intensiva, circunstancial ou possessiva; distribuída entre atribuidoras e identificadoras. Neste trabalho, não nos detemos nesta subcategorização, mas consideramos apenas o processo relacional em seu todo.

Apresentamos acima os três processos principais propostos por Halliday (material, mental e relacional). Segundo este autor, estes processos estão dentro de um contínuo, separados por processos fronteira que estariam entre estes principais. Considerando tal existência, no decorrer da análise, agrupamos os processos verbais com os mentais, os comportamentais com os materiais e os existenciais com os relacionais.

Nos exemplos 1 e 2, a seguir, apresentamos narrativas com cláusulas dos três tipos de processos considerados para esta análise.

(1)	Ah, foi horrível.	Relacional
	<u>Chorei</u> (PP) pra caramba, o primeiro dia	Material
	que eu <u>fico</u> (PH) interno	Relacional
	eu <u>choro</u> (PH) pra caramba,	Material
	a primeira vez que eu <u>fiquei</u> (PP) aqui	Material
	a minha mãe <u>veio</u> (PP) comigo,	Material
	<u>ficou</u> (PP) <u>vindo</u> comigo umas duas ou três semanas	Material
	<u>vindo</u> (PP) pra escola comigo,	Material
	af depois que eu <u>fiquei</u> (PP)... (Entrevista 10)	Material
(2)	Ah, meu pai, por exemplo, meu pai ele fu ele fumava,	Material
	bebia desde desde assim desde os dezoito anos e tal	Material
	af ele <u>começa</u> (PH) a gostar e tal assim,	Mental
	a gostar e tal assim,	Mental

	foi (PP) gostando,	Mental
	se aprofundando no negócio	Material
	que depois com uns vinte e poucos anos ele descobriu (PP)	Mental
	que estava doente.	Relacional

A hipótese formulada para este grupo de fatores é que cláusulas de processos materiais envolvem maior transferência de ação. Ou seja, tem maior transitividade, são mais realçadas, mais vivas e marcadas – o que se refletiria no favorecimento de presente histórico.

Apresentamos, a seguir, os resultados para as três subamostras.

Grupo de Fatores	Total/Aplicação	%	PR
Material	144/462	31	.60
Mental	66/246	26	.55
Relacional	96/432	22	.38

**Tabela 1: Influência do grupo de fatores processos de experiência no uso do presente histórico – Cegos**

Para informantes com cegueira, os processos materiais favorecem o uso do presente histórico (.60) estando muito próximo, contudo dos processos mentais (.55). O uso do presente histórico é desfavorecido pelos processos relacionais (.38). Esta escala, da maior à menor transitividade dos processos, confirma a hipótese para este grupo de fatores. O favorecimento do presente histórico em contextos de verbos materiais revela que a origem do presente histórico em um tempo do mundo do comentário pode ser irrelevante, o que importaria aqui seria o seu papel enquanto um tempo diegético que narra as experiências.

Na tabela 2 descrevemos os resultados para cegos educacionais.

Grupos de Fatores	Total/Aplicação	%	PR
Material	276/816	33	.31
Mental	96/252	38	.65
Relacional	174/420	41	.76

**Tabela 2: Influência do grupo de fatores processos de experiência no uso do presente histórico – Média Deficiência**

Os índices obtidos evidenciam que os resultados dos informantes com cegueira educacional são exatamente opostos aos resultados dos informantes com alta deficiência. O processo relacional, tanto quanto o processo mental – respectivamente – índices (.76) e (.65) – favorecem o uso do presente histórico. Ao contrário, o processo material desfavorece (.31) o uso da variante.

Este resultado parece inexplicável. Para estes falantes, o efeito dos verbos relacionais e mentais (ao contrário do que ocorre com os falantes



cegos reflete a origem desta forma verbal no mundo do comentário.

A tabela 3, a seguir, apresenta os resultados para informantes com baixa visão.

Grupos de Fatores	Total/Aplicação	%	PR
Material	84/252	33	.89
Mental	48/216	22	.22
Relacional	54/204	26	.39

**Tabela 3: Influência do grupo de fatores processos de experiência no uso do presente histórico – Baixa Deficiência**

Para os informantes com baixa visão a situação se assemelha aos informantes cegos, na medida em que o processo material favorece o uso do presente histórico (.89). No entanto, a escala é distinta, havendo inversão na ordem de favorecimento entre relacional (.39) e mental (.22).

Na verdade, observamos que com estes resultados fica evidente o a tensão existente entre o uso do presente histórico e do pretérito perfeito. Os informantes com seus papéis sociais definidos, como aponta Figueiredo (2012) estabelecem a função diegética do uso do presente histórico, contudo, esta função é perturbada quando os dados são oriundos de informantes que não estão definidos socialmente, pois em algumas situações, como na educação, comportam-se como cegos, mas em outras, como no próprio ato de caminhar, por exemplo, como não-cegos, convivendo desta forma dúbia devido às características de seu comprometimento visual. Desta forma, procuram outras maneiras de distinção dos dois grupos, constituindo, ou tentando constituir a sua própria identidade.

Os dados, aqui levantados, e as considerações feitas reforçam esta hipótese, a ser, futuramente, mais detalhada em outras análises.

## **5. Considerações finais**

Este trabalho apresentou resultados de um estudo sociolinguístico variacionista realizado com informantes com deficiência visual.

Os resultados apontam para a existência e sistematização do fenômeno variável, não sendo o uso do presente histórico mero estilo do narrador.

A distribuição dos resultados mostrou ainda semelhança entre os informantes cegos e os com baixa visão, utilizando-se diegeticamente do presente histórico. Os informantes cegos educacionais, contudo, mostra-

ram outro uso, afastando-se do comportamento dos grupos aqui citados. Isto nos mostra que, somado a outros indícios, além, é claro, da tensão existente no fenômeno variável em estudo, há também uma questão de constituição de grupo social, a identidade do grupo de informantes rotulados de cegos educacionais, o que merece futuras investigações.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1983.

BREWER, William F. The Story Schema: universal and culture specific properties. In: OLSON, David R. (Ed.) *Literacy, language and learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BROWN, G.; YULE, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CÂMARA Jr. J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FIGUEIREDO, João Ricardo Melo. *O presente pelo passado: variação verbal em narrativas de deficientes visuais*. 2012. – Dissertação de Mestrado em Linguística. UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro.

FLEISCHMAN, Susanne. *Tense and Narrativity*. Austin: University of Texas Press, 1990.

HALLIDAY, M. A. K. *Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Narrative Analysis: oral version of personal experience. In: \_\_\_\_\_. *Essays on the Verbal and Visual Arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LABOV, William. *The social stratification of English in New York City*. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.

\_\_\_\_\_. The Transformation of Experience in Narrative Syntax. In: \_\_\_\_\_. *Language in the Inner City, Studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAFOREST, Marty; VINCENT, Diane. Du Récit Littéraire a la Narration Quotidienne. In: \_\_\_\_\_. *Autour de la Narration*. Quebec: Nuit Blanche, 1996.

POLANYI, Livia. *Telling the American Story*. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press, 1989.

SIVA-CORVALÁN, C. *Sociolinguistics y Pragmática del Español*. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2001.

SCHIFFRIN, Deborah. Tense Variation in Narrative. *Language*, v. 57, n. 1, p. 55-62, 1981.

\_\_\_\_\_. *Approaches to Discourse*. Oxford, UK; Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

\_\_\_\_\_. Narrative as Self Portrait: the sociolinguistic construction of identity. *Language and Society*, vol. 25, n. 2, p. 167-203, 1996.

\_\_\_\_\_. Oral History as Discourse. In: THEAMEN, Deborah; ALATIS, James, E. *Linguistics, Language and the Real World: discourse and beyond*. Washington D.C.: George Town University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *In Other Words: Variation in Reference and Narrative*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2006.

SCHIFFRIN, Deborah, DE FINA, Ana; NYLUND, Ana A. *Telling Stories: Language, Narrative and Social Life*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2010.

TANNEN, Deborah. A comparative Analysis of Oral Narrative Strategies: Athenian Greek and American English. In: CHAFE, Wallace L. *The Pear Stories: Cognitive, Cultural and Linguistic Aspects of Narrative Production*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.